



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Representação nº 522-81.2011.6.02.0000, Classe 42

ACÓRDÃO Nº 8443
(07 .12.2011)

REPRESENTAÇÃO Nº 522-81.2011.6.02.0000, CLASSE 42.
REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.
REPRESENTADO: GALBA NOVAIS DE CASTRO NETTO.
ADVOGADOS: Marcelo Henrique Brabo Magalhães e outros.
RELATOR: Des. Eleitoral Ivan Vasconcelos Brito Júnior.

Ementa.

REPRESENTAÇÃO. ELEIÇÕES 2010. PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA, FALTA DE INTERESSE DE AGIR, DECADÊNCIA E ILICITUDE DAS PROVAS. REJEIÇÃO UNÂNIME. COMPETÊNCIA. TRE. INTELIGÊNCIA DO ART. 96, II, DA LEI Nº 9.504/97. PRAZO. PROPOSITURA. 180 DIAS A CONTAR DA DIPLOMAÇÃO. FUNDAMENTO. ART. 32 DA LEI Nº 9.504/97. ANALOGIA. PESSOA FÍSICA. DOAÇÃO EM EXCESSO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 23, § 1º, I, DA LEI Nº 9.504/97. INEXISTÊNCIA. DOAÇÃO ESTIMÁVEL EM DINHEIRO. CESSÃO DE VEÍCULO "TRIO ELÉTRICO". BEM MÓVEL PRÓPRIO. APLICABILIDADE DO ART. 23, § 7º, DA LEI Nº 9.504/97. DOAÇÕES LIMITADAS A R\$ 50.000,00. ART. 269, I, DO CPC. IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Nos termos do art. 96, II, da Lei nº 9.504/97, é competente o Tribunal Regional Eleitoral para processar e julgar representações relativas ao descumprimento da referida norma, quando se tratar de eleições federais, estaduais e distritais, com todos os desdobramentos advindos do pleito.

2. O art. 96 da Lei nº 9.504/97 não faz qualquer distinção entre as representações para fixar a competência, mas tão-somente o âmbito das eleições, sendo irrelevante, portanto, se a ação possui, ou não, cunho econômico, ou se atinge, ou não, diretamente o candidato.

3. O Tribunal Superior Eleitoral já pacificou o entendimento de que o prazo para a propositura das representações fundadas em doações de campanha acima dos limites legais é de 180 dias contados da diplomação, período em que os candidatos e partidos devem conservar suas contas, a teor do que dispõe o art. 32 da Lei 9.504/97.

4. No caso, verifica-se que a petição inicial foi protocolizada em 08/06/2011, sendo efetivamente distribuída ao então relator em 14/06/2011, portanto, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da diplomação.

5. O representante não se utilizou de informação sigilosa do representado para ajuizar a representação, mas sim de informação contida no site do TSE, tratando-se de informação de natureza pública.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Representação nº 522-81.2011.6.02.0000, Classe 42

Portanto, as provas apresentadas pelo representante são lícitas, eis que não são protegidas pelo sigilo fiscal.

6. As doações estimáveis em dinheiro, relativas à doação de bens móveis e imóveis, realizadas por pessoas físicas à campanha eleitoral, com valor estimável em dinheiro inferior a R\$ 50.000,00, são permitidas pela legislação eleitoral, nos termos do art. 23, § 7º, da Lei nº 9.504/97.

7. *In casu*, tendo o representado doado bem móvel de sua propriedade (cessão de veículo "trio elétrico") à campanha eleitoral com valor estimado inferior ao limite legal, está em conformidade com o permissivo legal.

8. Pedido julgado improcedente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em rejeitar as preliminares suscitadas e, no mérito, julgar improcedente o pedido formulado na representação, nos termos do voto do eminente Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em Maceió,
aos dias do mês de dezembro do ano de 2011.

Des. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO – Presidente

Des. IVAN VASCONCELOS BRITO JUNIOR – Relator

RODRIGO A. TENÓRIO CORREIA DA SILVA – Procurador Regional Eleitoral



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Representação nº 522-81.2011.6.02.0000, Classe 42

RELATÓRIO

Tratam os autos de representação ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral em face de Galba Novais de Castro Netto, sob a alegação de violação do art. 23, § 1º, I, da Lei nº 9.504/97, por ter efetuado doação a candidato além do limite permitido pela lei eleitoral.

Argumentou o *Parquet* em sua inicial que, consoante relatório de “Doações para candidato de 2010”, enviada ao Ministério Público Eleitoral pela Secretaria da Receita Federal, o representado teria realizado doação excedente a 10% dos seus rendimentos brutos auferidos no ano de 2009, violando o disposto no art. 23, § 1º, inciso I, da Lei nº 9.504/97.

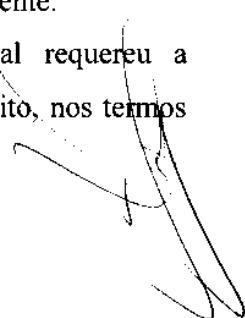
Requereu a mitigação do sigilo fiscal do representado, oficiando-se a Receita Federal para que traga aos autos declarações de renda do réu do ano anterior à eleição de 2010 e informe o valor do excesso de doação; e a condenação do representado na penalidade do art. 23, §3º, da Lei nº 9.504/97, qual seja, o pagamento de multa fixada no valor de cinco a dez vezes a quantia em excesso.

Ao final, requereu, na hipótese de condenação, a inclusão do nome do representado nos cadastros da Justiça Eleitoral para os fins do art. 1º, I, j, da LC nº 64/90, alterada pela LC nº 135/2010.

Devidamente notificado, o representado apresentou a defesa de fls. 16/46, na qual aduz, preliminarmente, a incompetência absoluta deste Tribunal para o julgamento da representação, a falta de interesse de agir do representante e a decadência da ação, e a ilicitude das provas trazidas aos autos pelo autor da demanda. No mérito, sustenta que a doação realizada consistiu na cessão de veículo “trio elétrico” de sua propriedade e que, por ser estimável, se enquadraria no disposto no art. 23, § 7º, da Lei nº 9.504/97, devendo, por tal razão, a representação ser julgada improcedente.

Com vistas dos autos, o Ministério Público Eleitoral requereu a improcedência do pedido, extinguindo-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC.

É o relatório.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Representação nº 522-81.2011.6.02.0000, Classe 42

VOTO

Senhor Presidente, os autos cuidam de representação proposta pelo Ministério Público Eleitoral em face de Galba Novais de Castro Netto, por ter supostamente efetuado doação a candidato em valor superior ao permitido pela lei eleitoral, nas eleições gerais de 2010.

Antes da análise do mérito da questão, é necessário analisar as preliminares lançadas na defesa de fls. 16/46.

Incompetência absoluta do Tribunal Regional Eleitoral.

Alega o representado que este Tribunal é absolutamente incompetente para o julgamento da presente representação, devendo esta causa ser apreciada exclusivamente pelo juízo de 1º grau do domicílio eleitoral do doador, sendo esta a orientação recentemente estabelecida pelo C. Tribunal Superior Eleitoral. Requer, em face disso, que os presentes autos sejam enviados ao Juízo Eleitoral da Zona onde o representado tem domicílio eleitoral.

Porém, não há que se falar em incompetência absoluta deste Tribunal, pois o art. 96, inciso II, da Lei nº 9.504/97, dispõe que, salvo disposições específicas em contrário desta Lei, as reclamações ou representações relativas ao seu descumprimento podem ser feitas por qualquer partido político, coligação ou candidato, e devem dirigir-se, nas eleições federais, estaduais e distritais, aos Tribunais Regionais Eleitorais.

Observa-se que o texto legal é taxativo ao atribuir ao Tribunal Regional Eleitoral a competência para o processamento e julgamento das representações relativas ao descumprimento da Lei nº 9.504/97, quando se tratarem de eleições gerais, ou seja, federais, estaduais e distritais, e, apesar da ressalva constante no *caput* do dispositivo, não existe legislação, ou outro dispositivo da Lei nº 9.504/97, que disponha em sentido contrário.

No caso em tela, a competência é fixada em razão da eleição a ser organizada pela Justiça Eleitoral, sendo que, como se trata de eleições gerais, ou seja,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Representação nº 522-81.2011.6.02.0000, Classe 42

estadual, distrital e federal, caberá a este Tribunal Regional Eleitoral apreciar originariamente a representação proposta por infração à Lei nº 9.504/97, com todos os desdobramentos advindos do pleito.

Verifica-se que o art. 96 da Lei nº 9.504/97 não faz qualquer distinção entre as representações para fixar a competência, mas apenas o âmbito das eleições, sendo irrelevante, portanto, se a ação possui, ou não, cunho econômico, ou se atinge, ou não, diretamente o candidato.

Não há que se confundir a representação prevista no art. 96 da Lei nº 9.504/97 com o título executivo que se formará após o trânsito em julgado da decisão que condenar o réu ao pagamento de multa. Aqui sim, em não sendo paga voluntariamente, será ela cobrada mediante executivo fiscal perante o juízo eleitoral de primeiro grau.

Cabe destacar, também, que o fato de as representações serem processadas originariamente neste Tribunal não representa cerceamento de defesa ou quebra do devido processo legal, ou, ainda, ofensa ao princípio do duplo grau de jurisdição, pois, além de haver um rito específico a ser seguido, consoante previsto na lei, é sempre facultado à parte representada juntar provas e requerer diligências, havendo, inclusive, a possibilidade de interposição de recurso para a instância superior.

Além disso, quando a lei atribui a determinado órgão o exercício da jurisdição, é neste local que as partes poderão expor as suas razões, apresentar as suas provas e tentar influir no convencimento do julgador, não sendo tolerada modificações jurisprudenciais dos critérios legalmente estabelecidos pelo legislador por suposta violação à ampla defesa.

Ademais, cabe destacar que, consoante assentado na Ata da 49ª Sessão Ordinária, ocorrida em 4 de julho de 2011, esta Corte Regional firmou o entendimento, por decisão unânime, que compete a ela julgar as representações dessa natureza, quando se está diante de eleições federais e estaduais.

Sendo assim, por todo o exposto, considerando que a presente representação versa sobre a inobservância do limite fixado no art. 23, § 1º, I, da Lei nº



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Representação nº 522-81.2011.6.02.0000, Classe 42

9.504/97, para as doações de campanha em eleição estadual, deve ser reconhecida a competência deste Tribunal Regional Eleitoral para processá-la e julgá-la.

Isto posto, rejeito a preliminar em discussão.

É como voto.

Falta de interesse de agir e prescrição/decadência

Alega o representado que houve a decadência da ação, em face do feito ter sido despachado pelo então relator em 06/07/2011, mais de 180 (cento e oitenta) dias após a diplomação, que ocorreu em 18/12/2010, fazendo referência ao art. 263 do CPC.¹

Porém, não há que se falar em decadência ou falta de interesse de agir, uma vez que o próprio dispositivo legal acima citado afirma que a ação se considera proposta no momento da distribuição. No caso, verifica-se que a petição inicial foi protocolizada em 08/06/2011, sendo efetivamente distribuída ao então relator em 14/06/2011, portanto, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da diplomação, respeitando-se a regra prevista no art. 32 da Lei nº 9.504/97.

O Tribunal Superior Eleitoral, ao julgar o Recurso Especial nº 36.552/SP, Rel. Min. Félix Fischer, em 06.05.2010, passou a reconhecer expressamente que o prazo para a propositura das representações contra os doadores seria de até 180 dias a contar da diplomação, período em que devem os candidatos e partidos conservar a documentação atinente as suas contas, a teor do que dispõe o art. 32 da Lei nº 9.504/97.

Ademais, este Tribunal Regional, em sessão realizada no dia 20 de julho do corrente ano, por maioria, firmou posicionamento no sentido de que o prazo para o ajuizamento das representações por doações acima do limite legal é de cento e oitenta dias, a contar da diplomação, passando, assim, a caminhar em sintonia com a colenda Corte Superior.

Isto posto, rejeito a preliminar em discussão.

É como voto.

¹Art. 263. Considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída onde houver mais de uma vara. A propositura da ação, todavia, só produz, quanto ao réu, os efeitos mencionados no art. 219 depois que for validamente citado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Representação nº 522-81.2011.6.02.0000, Classe 42

Ilicitude das provas

Alega o representado que o representante se utilizou de informações obtidas de forma ilegal (quebra de sigilo fiscal) para comprovar os fatos narrados na petição inicial, sem a necessária autorização judicial, devendo, portanto, tais provas serem consideradas ilegais. Requer que, em face disso, o processo seja extinto sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, IV, do CPC.

Porém, não há que se falar em ilicitude das provas, uma vez que o representante não se utilizou de informação sigilosa do representado para ajuizar a representação, mas sim de informação contida no site do TSE (fls. 08), onde consta apenas o valor da doação realizada, tratando-se de informação de natureza pública contida na prestação de contas do candidato beneficiado. Não há qualquer menção quanto aos rendimentos do representado ou ao montante do excesso de doação.

Portanto, as provas apresentadas pelo representante são lícitas, eis que não são protegidas pelo sigilo fiscal.

Isto posto, rejeito a preliminar em discussão.

É como voto.

Mérito.

Após essas considerações, passemos a analisar o mérito da demanda.

Conforme prevê a Lei 9.504/97, em seu art. 23, § 1º, I, as pessoas físicas podem fazer doações a candidatos e partidos até o limite de 10% de seus rendimentos brutos obtidos no ano anterior ao da eleição. A pena prevista para a infração é de multa no valor de 5 a 10 vezes a quantia excedente.

Observa-se dos autos que se trata de doação estimável em dinheiro de bem móvel de propriedade do representado à campanha eleitoral, consistindo na cessão de veículo "trio elétrico", no valor estimado de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Representação nº 522-81.2011.6.02.0000, Classe 42

No que tange a doação estimável em dinheiro, a recente minirreforma eleitoral (Lei nº 12.034/2009), introduzindo o §7º ao referido dispositivo legal, inovou ao trazer limite de doação específico para doações estimáveis, nos seguintes termos:

Art. 23. Pessoas físicas poderão fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais, obedecido o disposto nesta Lei.

§ 1º As doações e contribuições de que trata este artigo ficam limitadas:

I – no caso de pessoa física, a dez por cento dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição.

(...)

*§ 7º O limite previsto no inciso I do § 1º não se aplica a doações estimáveis em dinheiro relativas à utilização de bens móveis ou imóveis de propriedade do doador, desde que o valor da doação não ultrapasse **R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais).*

Sendo assim, cuidando-se de doação estimável de pessoa física, não se aplica o limite percentual sobre a renda do doador, como afirmou o *Parquet* em sua inicial, mas tão somente um limite determinado (R\$ 50.000,00).

Verifico que no caso em tela o valor estimado da doação foi de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), muito inferior, portanto, ao limite legalmente previsto para doações estimáveis.

Desta forma, conclui-se que a doação questionada é lícita, pois foi realizada dentro dos parâmetros fixados no § 7º do art. 23 da Lei nº 9.504/97.

Ante o exposto, com fundamento no art. 269, I, do CPC, julgo improcedente o pedido deduzido na presente representação.

É como voto.

IVAN VASCONCELOS BRITO JÚNIOR
Des. Eleitoral Relator



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E REGISTROS PLENÁRIOS**

CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO

Certifico que o Acórdão nº 8.443, de 07/12/2011, foi conferido na 90ª Sessão Ordinária, realizada na mesma data, e publicado no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Alagoas nº 222, em 08/12/2011, à(s) fl(s). 03/04. Eu, [assinatura], lavrei a presente certidão, em Maceió, em 08/12/2011, que vai assinada pela Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários.

[assinatura]
Coordenadora de Acompanhamento e
Registros Plenários



Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Representação Nº 522-81.2011.6.02.0000

Prot. 10.933/2011

ORIGEM: MACEIÓ - AL

JULGADO EM: 07/12/2011 (SESSÃO Nº 90/2011)

RELATOR(A): DESEMBARGADOR ELEITORAL IVAN VASCONCELOS BRITO JÚNIOR

PRESIDENTE DA SESSÃO: DESEMBARGADOR ELEITORAL ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL: DR. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

SECRETÁRIO: MARCONDES GRACE SILVA

AUTUAÇÃO

REPRESENTANTE(S) : MINISTÉRIO PÚBLICO
REPRESENTADO(S) : GALBA NOVAIS DE CASTRO NETTO
ADVOGADO : Marcelo Henrique Brabo Magalhães
ADVOGADOS : Luiz Guilherme de Melo Lopes e outros

DECISÃO

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em rejeitar as preliminares suscitadas e, no mérito, julgar improcedente o pedido formulado na representação, nos termos do voto do eminente Relator. (Acórdão nº 8443, de 07.12.2011).

Participantes da Sessão: Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Eleitoral ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO. Presentes os Exmos. Srs. Desembargadores Eleitorais: ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO, RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR, ANTÔNIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO, IVAN VASCONCELOS BRITO JÚNIOR, FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR e LUCIANO GUIMARÃES MATA, bem como o eminente Procurador Regional Eleitoral, Dr. RODRIGO ANTÔNIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA.

Por ser verdade, firmo a presente.
Maceió, 7 de dezembro de 2011.

CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS
Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários